

## Diálogos

Diálogos - Revista do Departamento de  
História e do Programa de Pós-Graduação em  
História

ISSN: 1415-9945

rev-dialogos@uem.br

Universidade Estadual de Maringá  
Brasil

Patto Sá Motta, Rodrigo

REPRESSÃO E RESISTÊNCIA NO BRASIL

Diálogos - Revista do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História, vol.

15, núm. 2, mayo-agosto, 2011, pp. 331-336

Universidade Estadual de Maringá

Maringá, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=305526548007>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica  
Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal  
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

## REPRESSÃO E RESISTÊNCIA NO BRASIL \*

*Rodrigo Patto Sá Motta \*\**

---

**Resumo.** O artigo faz uma reflexão crítica sobre os trabalhos de Marcília Gama, Pedro Ernesto Fagundes e Marcelo Nogueira de Siqueira, além de trazer uma breve história do surgimento e fortalecimentos das Delegacias Especializadas de Ordem Política e Social no Brasil.

**Palavras-chave:** DOPS; Repressão; Resistência.

## REPRESSION AND RESISTANCE IN BRAZIL

**Abstract.** A critical reflection on the works of Marcília Gama, Pedro Ernesto Fagundes and Marcelo Nogueira de Siqueira is provided. Further, a brief history on the establishment and consolidation of the Political and Social Order Police in Brazil is duly narrated.

**Keywords:** DOPS; Repression; Resistance.

## REPRESIÓN Y RESISTENCIA EN BRASIL

**Resumen.** El artículo ofrece una reflexión crítica sobre los trabajos de Marcília Gama, Pedro Ernesto Fagundes y Marcelo Nogueira de Siqueira, además de una breve historia sobre el surgimiento y fortalecimiento de las Delegacias Especializadas del Orden Político y Social en Brasil.

**Palabras Clave:** DOPS; Represión; Resistencia.

---

Coube-me, a convite da revista Diálogos, o honroso encargo de comentar os textos de Marcília Gama, Pedro Ernesto Fagundes e Marcelo Nogueira de Siqueira. Parece-me que o trabalho do comentador de uma publicação acadêmica deve orientar-se por duas linhas: estimular o público à leitura dos textos, chamando sua atenção para a relevância do tema e o enfoque proposto pelos autores; traçar alguns comentários

---

\* Artigo recebido em 12/08/2011. Aprovado em 30/08/2011.

\*\* Professor do Programa de Pós-Graduação em História da UFMG. E-mail: rodrigamotta@yahoo.com.br

analíticos sobre o assunto, sugerindo caminhos e possibilidades para futuras pesquisas. Mãos à obra, portanto.

O artigo de Marcelo Siqueira (O movimento estudantil na Guanabara de 1964 a 1968: contexto, objetivos, estratégias e consequências) apresenta uma síntese das manifestações estudantis na Guanabara entre os anos de 1964 e 1968, período chave em que se defrontaram os defensores do regime militar instalado com a derrubada de Goulart, e os vários grupos de oposição, que defendiam diferentes tipos de estratégia de luta, desde resistência democrática até a luta armada de caráter revolucionário. Nessa primeira fase do regime militar, as forças de oposição conseguiram cindir o bloco que apoiou a queda de Goulart e, embora divididas e desunidas, foram capazes de acuar os donos do poder, sobretudo no momento das célebres manifestações de rua de 1968. Corretamente, Siqueira aponta a centralidade do movimento estudantil nesse processo, tornando-se uma espécie de vanguarda das oposições e tropa de choque da esquerda. O autor sustenta com base em ata do Conselho de Segurança Nacional, e este argumento encontra confirmação em outras fontes<sup>1</sup>, que a liderança militar ficou seriamente preocupada com as manifestações de rua do primeiro semestre de 1968, em que viram o prenúncio de futuro assalto da esquerda ao poder. De fato, como sugere o autor, as pressões exercidas pela oposição e as esquerdas em 1968 são elementos importantes para compreender a decisão política que levou à edição do Ato Institucional 5, sem que isso signifique imputar a elas “culpa” pelo recrudescimento autoritário. Esse é o dilema, e o risco, de quem se propõe a entender as motivações dos grupos de direita em sua luta pelo poder. E a única maneira de lidar com o problema é enfrentá-lo com mais pesquisas e reflexões, pois é fundamental compreender os objetivos e motivações dos grupos de direita para equacionarmos melhor e, quem sabe, superar definitivamente o problema do autoritarismo no Brasil.

A propósito do autoritarismo e da direita, os textos de Pedro Ernesto Fagundes (A estrutura organizacional da Delegacia de Ordem Política e Social do Estado do Espírito Santo, DOPS/ES) e de Marcília Gama (O DOPS-PE e a Rede de Informações: olhos e ouvidos a serviço da repressão no período de 1964-1985) abordam objeto indispensável para o estudo destes temas: a história da polícia política brasileira.

---

<sup>1</sup> No momento estou terminando um estudo sobre as Universidades durante o regime militar, em que analiso também, com outras evidências, a percepção dos grupos de direita sobre a “ameaça” estudantil.

Embora desde períodos anteriores os dissidentes políticos estivessem na mira da repressão, foi somente na década de 1920 que surgiram os primeiros organismos policiais especializados no trabalho de polícia política, notadamente no Distrito Federal, em São Paulo e Minas Gerais.<sup>2</sup> Polícia política é o segmento do aparato repressivo dedicado à defesa do Estado, dos poderes constituídos e da ordem política. No Brasil, atribuiu-se também à polícia política a defesa da ordem social (família, propriedade), o que veio a configurar a denominação adotada para estas repartições: Delegacias, Departamentos ou Divisões de Ordem Política e Social, ou de Polícia Política e Social. Orientados para a defesa da ordem política e social, estes órgãos policiais encontraram uma plêiade de inimigos a combater, de anarquistas a integralistas, de estrangeiros suspeitos a usuários de drogas. Entretanto, ao longo de suas décadas de existência, seu principal foco adversário foi o “comunismo”, que sintetizava à perfeição a imagem de ameaça à ordem. A propósito, foi após a insurreição liderada pelos comunistas em 1935 que começou a primeira expansão do sistema policial repressivo, com a criação de delegacias em estados em que elas ainda não existiam, e a organização do primeiro Congresso de Polícia, em 1936, no Distrito Federal, cujo ânimo principal foi organizar melhor a repressão aos comunistas em escala nacional.

Nos anos 1950 e 1960 ocorreu nova expansão, quando algumas Delegacias foram transformadas em Departamentos de Ordem Política e Social, com mais funcionários e equipamentos. Por esse período, também, se consolidou a sigla DOPS como referência à polícia política, principalmente, porque esta denominação foi adotada no recém-criado Estado da Guanabara, em 1961, lugar de grandes eventos políticos capazes de alcançar “ressonância nacional”. Nas lutas no contexto do governo Goulart, em que a esquerda, no Rio de Janeiro, se defrontava com a polícia do governador Carlos Lacerda, o DOPS carioca tornou-se célebre, inclusive devido aos ataques e caricaturas publicados na imprensa progressista, sobretudo o jornal *Última Hora*. Depois do golpe, com a vitória da direita, os DOPS passariam a contar com “concorrentes” no campo repressivo, já que os militares resolveram centralizar e federalizar os serviços de informações e controle político, em escala muito maior do que havia tentado o Estado Novo de Vargas. Assim, foi criado o SNI em 1964; foi reorganizada e efetivamente equipada a Polícia Federal, em 1965

---

<sup>2</sup> Sobre a história dos DOPS ver: (MOTTA, 2003; 2006; 2010). Alguns trabalhos de referência nesse campo são: (AQUINO; MATTOS; SWENSSON, 2001); (REZNIK, 2004) e (CANCELLI, 1993).

e 1967; foram criadas as Divisões de Segurança e Informações nos Ministérios (1967) e os Centros de Informações militares (CIE e CISA, o CENIMAR já existia); foram estabelecidos os DOI-CODI em 1969/70, e as Assessorias de Segurança e Informações nas autarquias, fundações e empresas públicas, em 1970/71. Com as iniciativas tomadas pelos militares, os DOPS deixaram de ser os únicos protagonistas na caçada aos subversivos e dissidentes. Entretanto, eles continuaram ativos nas campanhas repressivas, em que se destacaram lideranças tristemente célebres como o Delegado Sérgio Fleury, da polícia paulista.

Os artigos de Marcília Gama e Pedro Fagundes trazem contribuição importante para o conhecimento da atuação das polícias políticas no Brasil, ao colocarem em foco, respectivamente, os DOPS pernambucano e capixaba, esforço tanto mais elogiável por ampliar o foco da análise para além do eixo Rio/São Paulo. De fato, são fundamentais estudos voltados à atuação policial nos diferentes estados, para que seja possível estabelecer um quadro nacional da dinâmica autoritário-repressiva ao longo do século XX. Em competente síntese, Fagundes apresenta uma primeira incursão na história do DOPS/ES, cujos arquivos ele vem ajudando a organizar, e deixa no ar a expectativa de produção de novas pesquisas no futuro breve. O autor mostra o início das atividades da Delegacia, ainda nos anos 1930, vigiando tanto integralistas como comunistas, mas com ênfase maior na perseguição aos últimos. O DOPS capixaba continuou a vigiar os comunistas pelas décadas seguintes, com um cuidado obsessivo que chegou a gerar episódios insólitos e risíveis, tal como narra o autor, até ser fechado em 1991. Em sua incursão no acervo do DOPS de Pernambuco, Gama também nos revela aspectos da trajetória institucional do órgão, igualmente criado nos anos de 1930, como Delegacia, e alçado à condição de Departamento, no início dos anos 1960. Inspirando-se em trabalhos de Michel Foucault, e com texto elegante, a autora lança um olhar sobre a atuação da polícia política pernambucana sensível à percepção da sua capacidade de vigiar seus “alvos”, com vistas a eventualmente puni-los. Gama se esmera em analisar como se davam os processos de produção da informação, bem como de uma rede de informações cujo fim último seria cercear a liberdade e invadir a privacidade das pessoas vigiadas pela polícia.

Trata-se de bons trabalhos, que prometem novas pesquisas adiante. E o estudo dos aparatos repressivos é fundamental, tanto por razões acadêmicas quanto políticas. Destrinchar o interior da máquina repressiva, expor seus mecanismos de funcionamento pode ser uma

contribuição importante à consolidação da democracia brasileira. Devemos valorizar devidamente as conquistas democráticas recentes, que levaram ao fechamento dos DOPS e a abertura de parte de seus acervos documentais, sobretudo em comparação com a “redemocratização” de 1945, que manteve a polícia política intocada. Está na ordem do dia, naturalmente, a luta pela abertura de outros acervos documentais, ainda sob controle das Forças Armadas e particulares. Entretanto, é fundamental aproveitar o material já existente, em busca de conhecimento que ilumine os aspectos recônditos do aparato policial. Até agora, muitos dos pesquisadores que vinham utilizando os acervos DOPS, recolhidos aos respectivos arquivos estaduais a partir de 1991, tendiam a concentrar seu interesse no estudo das “vítimas” e “alvos” do aparato repressivo. Precisamos também usar os arquivos para estudar a própria polícia, e nesta linha se enquadram os trabalhos de Gama e Fagundes que, por isso, merecem elogios. São necessários mais estudos nesta direção, que permitam aprofundar nosso conhecimento sobre tema ainda pouco pesquisado, embora pleno de representações construídas pela memória.

Uma pauta de pesquisas orientadas para os DOPS, e outros órgãos congêneres, deveria enfatizar a dimensão comparativa, capaz de iluminar melhor as semelhanças e diferenças na atuação das diferentes forças policiais, bem como as intrincadas relações estabelecidas entre o poder federal e o estadual. Os órgãos policiais cooperaram com agências do governo federal e foram submetidos à sua coordenação, porém, também houve competição entre eles, em nome da autonomia estadual ou de interesses corporativos. Outro tema interessante a explorar é a relação entre a polícia política e o Exército, já que muitos oficiais ocuparam cargos de comando nos DOPS, e não apenas nos regimes autoritários. Uma última sugestão, para nortear futuras pesquisas: vale a pena ir além das impressões iniciais, bem como dos registros oficiais, duvidando da imagem de eficiência e de “implacabilidade” do aparelho policial. Em depoimentos de testemunhas e mesmo nos próprios documentos policiais há indícios de “brechas” e falhas no sistema repressivo, que foram usadas para atenuar o alcance da sua rede. Mas tais questões só poderão ser mais bem esclarecidas com o tempo e o acúmulo de investigações.

## REFERÊNCIAS

- AQUINO, Maria Aparecida; MATTOS, Marco Aurélio V. L.; SWENSSON JR., Walter Cruz (org.). *No coração das trevas: o DEOPS/SP visto por dentro*. São Paulo: Arquivo do Estado/Imprensa Oficial, 2001.
- CANCELLI, Elizabeth. *O mundo da violência: a polícia na Era Vargas*. Brasília: Ed.UnB, 1993.
- MOTTA, Rodrigo P. S. *et alii*. República, polícia e direito à informação. Os arquivos do DOPS/MG. *Varia Historia*. Belo Horizonte, n. 29, p. 126-153, 2003.
- MOTTA, Rodrigo P. S. O ofício das sombras. *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Belo Horizonte, Ano XLII, n. 1, p. 52-67, jan-jun 2006.
- MOTTA, Rodrigo P. S. Modernizando a repressão: a Usaid e a polícia brasileira. *Revista Brasileira de História*. São Paulo/Anpuh, v. 30, p. 237-266, 2010.
- REZNIK. Luís. *Democracia e Segurança Nacional: A Polícia Política no pós-guerra*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004

